

Cuiabá-MT, 22 e 23 de outubro de 2013

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Quarta, 23 de outubro de 2013, 00h00

PASTA DE SAÚDE

Perri mantém Mauri afastado

[Marcos Lemos](#) / Da Redação

Uma reunião de emergência aconteceu no gabinete do governador Silval Barbosa (PMDB) para discutir a questão envolvendo o secretário de Saúde do Estado, Mauri Rodrigues de Lima, afastado de suas funções por ordem judicial por desrespeito a determinação legal de repasse de recursos da Saúde Pública para os municípios de Mato Grosso. Chegou-se durante a reunião a cogitar a nomeação de um interino para responder pela pasta...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, anexo.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quarta feira, 23 de outubro de 2013

Edição nº 13732 23/10/2013

DECISÃO DO TJ

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Secretário continuará afastado

Da Reportagem

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Orlando Perri, negou o pedido de suspensão de liminar feito pelo Executivo Estadual e manteve o afastamento do secretário de Saúde Mauri Rodrigues, já determinado em Primeira Instância por desobediência à decisão judicial quanto à regularização dos repasses de verbas para custeio do sistema público de saúde dos municípios mato-grossenses.

O desembargador relatou que medidas antecipatórias ou liminares é instrumento de controle político-administrativo voltado para evitar a propagação de efeitos prejudiciais ao interesse público.

“Assim, não se prestará a suspensão de segurança (ou liminar) a satisfazer interesses individuais, nem a discutir a correção da decisão que se pretende suspender, visto que tais matérias devem ser decididas em âmbito jurisdicional”, afirma o magistrado em trecho da decisão.

Em outro ponto acrescenta: “Vale dizer: não é suficiente que o Estado-requerente afirme, laconicamente, que o afastamento ameaça a ordem administrativa. Necessário de faz demonstrar onde está a ameaça, o prejuízo, o comprometimento da ordem”.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / EMPRESA DE SAÚDE

23.10.2013 | 15h25 - Atualizado em 23.10.2013 | 15h29

Tamanho do texto A- A+

"Vereadores confundem OSS com autarquia", diz Mendes

Prefeito afirma que, se parlamentares tiverem argumentos sólidos, ele se dispõe a “sentar e ouvir”

Pedro Alves/MidiaNews



Prefeito diz que vereadores precisam conhecer melhor modelo de autarquia

Clique para ampliar 

ISA SOUSA DA REDAÇÃO

O prefeito Mauro Mendes (PSB) rebateu as críticas de alguns vereadores da Capital a respeito da criação da Empresa Cuiabana de Saúde, que ficará responsável pela gestão de novas unidades hospitalares.

Encaminhada em caráter de urgência pelo Executivo, a mensagem que autorizou a criação da autarquia foi aprovada no dia 10 de outubro por 21 votos a favor, uma abstenção e duas ausências.

“Ou eles não conhecem OSS ou não conhecem esse modelo. Isso é uma empresa pública com direito privado. OSS não é nada disso. A diferença é absolutamente evidente. Fazer essa comparação, no mínimo, representa desconhecimento”

Após a votação, no entanto, a bancada do PT – formada por Arilson Silva e Allan Kardec - retirou o apoio, e os vereadores Maurélio Ribeiro (PSDB) e Ricardo Saad (PSDB), que são médicos, questionaram a necessidade da criação da empresa.

“Primeiro, acho natural a crítica, a divergência faz parte da democracia. Mas, eu não tenho dúvida de que esse modelo traz agilidade e segurança jurídica. Hoje, 45% dos funcionários do setor estão com contratos precários e nunca vi nenhum vereador reclamando disso. Se tiverem argumentos mais sólidos, estou disposto a sentar e ouvir”, disse o prefeito.

De acordo com Mendes, o modelo é uma sugestão do Governo Federal e será responsável por garantir ampliação da rede de urgência e emergência.

“É uma recomendação feita pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O Governo Federal considera que é o melhor modelo, tanto que adotou para

ministrar os hospitais universitários e está sugerindo para as principais cidades do país”, afirmou.

O prefeito também rebateu a opinião de alguns parlamentares e do Conselho Municipal de Saúde, de que a criação da Empresa Cuiabana significaria, na prática, a criação de uma Organização Social de Saúde (OSS).

“Ou eles não conhecem OSS ou eles não conhecem esse modelo. Isso é uma empresa pública com direito privado. OSS não é nada disso. A diferença é absolutamente evidente. Fazer essa comparação, no mínimo, representa desconhecimento”.

Com a autarquia, por exemplo, o prefeito espera reabrir, nos próximos meses, o Hospital das Clínicas. A unidade será alugada por cerca de R\$ 130 mil e terá 127 leitos.

Caso o modelo funcione, o Executivo Municipal poderá adotar em outras unidades.

“Primeiro, é preciso fazer funcionar; depois, analisar o desdobramento, mas eu acredito que será exitoso para Saúde. Mesmo porque muitos modelos foram tentados, muitos secretários trocados e o resultado nunca foi algo pudesse se comemorar, principalmente pela população”, completou Mendes.

Leia mais sobre o assunto:

Câmara aprova criação de Empresa Cuiabana de Saúde

Vereador questiona criação de autarquia na área de Saúde

Conselho admite ir à Justiça contra projeto de Mendes

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / SAÚDE PÚBLICA

22.10.2013 | 09h12 - Atualizado em 22.10.2013 | 09h13

Tamanho do texto A- A+

Prefeitura anuncia centro de referência em alta complexidade

Ao custo de R\$ 130 mil mensais, antigo de Hospital das Clínicas será alugado pela Prefeitura

Mary Juruna

Clique para ampliar 



O prédio do antigo Hospital das Clínicas será alugado pela Prefeitura, para desafogar o PSM

**DÉBORA SIQUEIRA
DA REDAÇÃO**

A Prefeitura de Cuiabá vai alugar o prédio do antigo Hospital das Clínicas de Cuiabá, na Avenida São Sebastião, ao custo de R\$ 130 mil mensais para desafogar o Pronto-Socorro Municipal, lotado de pacientes que precisam ser transferidos para unidades credenciadas que vivem sem leitos.

Conforme o contrato já acertado com os proprietários do Hospital das Clínicas de Mato Grosso Ltda, haverá uma carência de quatro meses e a primeira parcela do aluguel está prevista para 20 de janeiro de 2014.

O prazo de 120 dias será suficiente para que os locatários providenciem a reforma do prédio.

O hospital será administrado pela polêmica Empresa Cuiabana de Saúde, recém-criada pela gestão de Mauro Mendes.

De acordo com o secretário municipal de Saúde, Kamil Fares, o hospital tem 127 leitos e 20 deles serão de UTI.

“A unidade vai atender os casos de cirurgia cardíaca, neurológica, cateterismo e ressonância. A população está envelhecendo e precisamos de um local para atender esse casos”, disse.

O Município já garantiu R\$ 12 milhões junto ao Ministério da Saúde para equipar o local, segundo Fares.

A intenção do secretário é de que, com a abertura de 127 novos leitos na Capital, o Pronto-Socorro acabe ficando com a maior parte dos atendimentos de trauma.

Segundo o secretário, um paciente internado no Pronto-Socorro de Cuiabá custa R\$ 1.250 por dia, independentemente da doença. São R\$ 7 milhões por mês. “O Pronto-Socorro é um hospital caríssimo e tem paciente que não precisa ficar e, se o tirasse de lá, custaria R\$ 100 ao SUS”, explicou.

Kamil disse que o projeto do novo Hospital e Pronto-Socorro precisa ser licitado. Somente o projeto deve oscilar entre R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões. A obra prevê 250 leitos, ao custo total de R\$ 150 milhões.

“O que estamos fazendo é para atender o hoje. Nesse momento, está morrendo gente por falta de leito e precisamos de mais vagas em UTI. O Pronto-Socorro tem paciente crônico que fica lá um dois meses”, completou.

SES X Hospital das Clínicas

O Município de Cuiabá conseguiu um contrato de aluguel mais barato do que o Estado havia firmado, na gestão de Pedro Henry na Secretaria de Saúde.

Conforme as informações do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (Fiplan), sem nunca ter utilizado o espaço, o Governo de Mato Grosso pagou R\$ 826.294,57 para o Hospital das Clínicas de Mato Grosso Ltda., pelo aluguel do prédio que deveria se tornar o Hospital de Transplantes.

O contrato 057/2011 foi assinado em 10 de novembro de 2011.

O aluguel seria de R\$ 145.816,76 ao mês, totalizando R\$ 1.749.801,12 anuais.

Leia mais sobre o assunto:

Saúde paga R\$ 826 mil por hospital desativado há 10 anos

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / MAIS UMA VISTORIA

22.10.2013 | 08h27 - Atualizado em 22.10.2013 | 08h28

Tamanho do texto A- A+

Comissão de Saúde da AL visita Centro Odontológico para Especiais

Servidores e pacientes sofrem com a falta de estrutura das unidades do Estado

Secom-AL

Clique para ampliar 



Deputado em visita a uma unidade de saúde do Estado

**MARCIO CAMILO
DA REDAÇÃO**

A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa (AL-MT) continua com a série de visita às unidades de saúde do Estado. Dessa vez, o local escolhido é o Centro Estadual de Odontologia para Pacientes Especiais (CEOPE), que será visitado pela comissão nesta terça-feira (22), às 9 horas da manhã.

De acordo com o presidente da comissão, o deputado estadual Antônio Azambuja, a visita consiste em atender ao chamado dos servidores quanto às precariedades e a falta de infraestrutura das unidades de saúde do Estado.

“Os servidores reclamam de falta de estrutura, equipamentos e condições de atendimento aos pacientes

“Os servidores reclamam de falta de estrutura, equipamentos e condições de atendimento aos pacientes”, enfatizou o parlamentar.

Até agora, a Comissão de Saúde da AL já visitou as seguintes unidades: Apoio Psicossocial Adauto Botelho (CAPS); Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa (CRIDAC); Centro de Referência de Média e Alta Complexidade (CERMAC); MT Laboratório e Hemocentro.

Azambuja destaca que o quadro dessas unidades é desolador.

“No Adauto Botelho, por exemplo, faltam insumos para os servidores e medicamentos controlados para os pacientes, que sofrem distúrbios psicológicos e não podem ficar sem a medicação. O local também é insalubre, com vazamento de esgoto e muitos dos banheiros estão desativados por falta de higiene. É uma situação que coloca em risco tanto a saúde dos servidores quanto a dos pacientes”, disse.

Azambuja também disse que o Adauto Botelho já foi alvo de inquérito do Ministério Público Estadual, que resultou em um TAC – Termo de Ajuste Conduta – que deveria ser cumprido pelo Governo do Estado. “Não entanto, o Governo não cumpriu com esse TAC e a falta de estrutura continua”.

O deputado disse que pela ausência do Governo os moradores locais decidiram se mobilizar, no sentido de promover reformas no espaço. “A atualmente o Adauto Botelho é reformado com a ajuda da comunidade”, afirmou.

Ele também destacou os problemas no Centro de Reabilitação Dom Aquino Correia, que lida com pacientes com problemas ortopédicos.

“O prédio do centro está muito antigo, ao ponto do teto despencar na cabeça dos servidores. Outra coisa é que falta prótese para os pacientes, sendo que a oficina ortopédica está parada por falta de materiais”, relatou.

Segundo o deputado, o objetivo é elaborar um relatório sobre as unidades de saúde visitadas, que será entregue ao governador Silval Barbosa.

Após a entrega desse documento, objetivo, conforme Azambuja é encontrar soluções para melhorar as estruturas, bem como a atendimento dessas unidades de saúde. “Juntamente com o governador, nós veremos o que pode se feito”, destacou.

Questionado se durante as visitas a Comissão de Saúde encontrou alguns aspectos positivos nas unidades, Azambuja foi taxativo ao dizer que de positivo

“existe apenas a boa vontade dos servidores”. “Infelizmente essa é a realidade da saúde no Estado”, lamentou o parlamentar que também é médico.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

23/10/2013 - 09:43

Vereadores voltam atrás na criação de Empresa Cuiabana de Saúde e pedem audiência

Da Redação - Priscilla Silva

Foto: Secom CâmaraCbá - Walter Machado



Depois de ter sido aprovada pelos vereadores de Cuiabá no início deste mês, a criação da Empresa Cuiabana de Saúde está sendo questionada pelos próprios parlamentares. Eles alegam que há uma discrepância entre o argumento utilizado para a aprovação da empresa com relação ao que consta do processo.

Leia mais: Vereadores de Cuiabá buscam em novo partido espaço em chapa para tentar chegar à Assembleia Legislativa em 2014
Tribunal vai padronizar tratamento dos países com questões ambientais, afirma Maggi

Os vereadores Allan Kardec e Arilson da Silva, os dois representantes do PT na Câmara, estão entre os que voltaram atrás na votação. Durante a sessão desta terça-feira (22), Allan foi à tribuna questionar a mensagem, em caráter de urgência, enviada pelo Executivo naquele dia que condicionava o recebimento de recursos para a saúde a partir da criação da empresa.

No entanto, o parlamentar ressalta que até o momento ela não foi criada e pouco se sabe sobre o novo regime de gestão a ser aplicado. Outro ponto ressaltado pelo petista também traz dúvidas se o modelo irá gerir apenas o Hospital das Clínicas ou se será estendido a outras unidades de saúde. "O problema é que isso não está no contrato, será para todo o SUS de Cuiabá?"questiona.

Já o vereador e médico Ricardo Saad solicitou a realização de uma audiência pública para tratar do assunto. Ele ressalta que desde a aprovação até o dia de hoje muitas dúvidas surgiram quanto à empresa a ser criada pela prefeitura Municipal.

No dia da deliberação quanto a criação da empresa, Maurélio Ribeiro (PSDB) foi o único vereador que discordou da mensagem nos moldes apresentados e se absteve da votação. "Devemos fazer leis que protejam a população, devemos fazer nosso papel de debatedor, fiscalizador dos interesses da sociedade", declara.

Segundo a mensagem, a criação da "Cuiabana de Saúde" irá adotar uma forma mais direta na prestação do serviço do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja missão exclusiva é a gestão hospitalar e unidades de pronto-atendimento, competindo à Secretaria Municipal de Saúde as políticas públicas de saúde preventiva e de fiscalização via o exercício do poder de polícia na concessão e renovação de alvarás sanitários.

O vereador Faissal Calil (PSB) enfatizou que o parlamento autorizou somente a criação da empresa, mas ela ainda não foi instaurada, portanto seu estatuto ainda pode e deve ser debatido.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Terça, 22 de outubro de 2013, 13h46

Tamanho do texto A- A+

PROGRAMA MAIS MÉDICOS

Governo gastou R\$ 12 milhões com hospedagem de médicos cubanos

Ministério da Saúde disse que acomodações militares não eram adequadas

PORTAL G1

Responsável pela gestão do programa Mais Médicos, o Ministério da Saúde gastou R\$ 12 milhões para bancar as despesas de hospedagem de 2 mil profissionais cubanos que chegaram ao país no final de setembro para participar da segunda fase da iniciativa federal, informou a assessoria da pasta. O programa foi sancionado nesta terça pela presidente Dilma Rousseff em cerimônia no Palácio do Planalto.

Segundo o ministério, os recursos foram aplicados no pagamento das diárias de hotel e da alimentação dos médicos de Cuba e no aluguel dos espaços nos quais foram realizados os treinamentos dos profissionais. O curso preparatório durou duas semanas.

Reportagem publicada nesta terça (22) pelo jornal "O Globo" revelou que, na versão original divulgada pela Saúde não havia previsão de gastos com hospedagem dos médicos. Inicialmente, o governo havia divulgado que os profissionais contratados para atuar nas periferias de grandes centros urbanos e no interior do país seriam alojados em unidades militares.

Divulgação/Ministério da Saúde



Grupo de médicos cubanos desembarca no aeroporto de Fortaleza, no Ceará

Ao G1, o Ministério da Saúde alegou que, "com base na experiência no primeiro ciclo do programa", concluída em meados de setembro, a coordenação nacional do Mais Médicos decidiu abrir mão das acomodações militares. Na avaliação da pasta, os alojamentos das Forças Armadas não continham a infraestrutura necessária para abrigar o treinamento de duas semanas aos médicos graduados no exterior.

Em nota, a assessoria do ministério ressaltou que, devido a essa avaliação, os coordenadores do programa optaram por substituir as acomodações militares por hotéis. "Para custear esta permuta, houve remanejamento no valor de R\$ 12 milhões para o aluguel destes espaços", destacou a Saúde.

No primeiro ciclo do programa, médicos de Cuba reclamaram das supostas condições

precárias das acomodações militares nas quais haviam sido alojados durante o treinamento. Diante das críticas, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, chegou a pedir "desculpas" publicamente aos profissionais cubanos em meio à aula inaugural do Mais Médicos, em Brasília. ""Quero pedir desculpas se houve problema no alojamento, vamos ajustar", prometeu Padilha à época.

Na primeira fase do programa, 1.061 médicos brasileiros e estrangeiros foram alocados em 577 municípios de todas as regiões do país, segundo informações do governo federal.

Convênio com Cuba

Os médicos da ilha caribenha foram contratados por meio de um contrato firmado entre o governo brasileiro e a Organização Panamericana de Saúde (Opas) que prevê até o final do ano a vinda de 4 mil profissionais cubanos ao país. O orçamento total do convênio com a entidade internacional alcança R\$ 511 milhões até fevereiro de 2014.

Ao justificar as despesas com a hospedagem dos profissionais da América Central, o governo brasileiro enfatizou que o dinheiro gasto com a acomodação dos cubanos durante o treinamento foi bancado com recursos do orçamento da parceria firmada com a Opas. A partir do momento em que os médicos são encaminhados aos municípios conveniados, as despesas com moradia passam a ser de responsabilidade das prefeituras.

Mudança nas regras

O jornal "O Globo" afirma que, segundo documentos obtidos pela publicação com base na Lei de Acesso à Informação, o ministério alterou o plano de aplicação dos recursos do Mais Médicos em setembro. No dia 16 do mês passado, o secretário de Gestão do Trabalho, Mozart Sales, solicitou a alteração do plano, afirmou a reportagem.

Com a mudança, mostrou o jornal, o valor reservado aos salários foi reduzido de R\$ 469 milhões para R\$ 457 milhões. Por outro lado, os pagamentos a pessoas jurídicas prestadoras de serviço ao Mais Médicos passou de R\$ 4 milhões para R\$ 16,073 milhões.

Fonte: www.sonoticias.com.br

POLÍTICA

23 de Outubro de 2013 - 08:49

Leitão empenha R\$ 3,5 milhões para saúde em 20 municípios

Fonte: Assessoria

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) empenhou junto ao Ministério da Saúde recursos destinados ao Mato Grosso no valor total de R\$ 3.5 milhões em emendas para 20 municípios que necessitam de investimentos na área. O objetivo é fomentar a assistência básica de atendimento, proporcionando a aquisição de novos equipamentos ou a construção de academia da saúde. "O que nós queremos é melhorar as condições básicas de atendimento a saúde, proporcionando uma melhora na qualidade dos serviços. É necessário fornecer aos pacientes um atendimento mais humanizado, o que não muitas vezes não é possível devido à precariedade", explica Leitão.

Com uma preocupação constante voltada para essa área, o deputado tem trabalhado intensamente para liberar recursos que desenvolvam ações contínuas de melhoria nas condições de trabalho dos profissionais, o que consequentemente, evolui o atendimento aos pacientes.

Neste ano, Nilson Leitão liberou junto ao Ministério da Saúde, emenda de sua autoria na Lei Orçamentária Anual de 2013, para o Hospital Santo Antônio em Sinop. No final de 2011, o deputado conseguiu a liberação do hospital para atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS, que é especializado em tratamento de câncer. O objetivo é transformá-lo em um centro de referência no tratamento contra a doença

Além da liberação ao SUS, Leitão conseguiu junto ao Ministério da Saúde autorização para credenciar a União de Assistência de Alta Complexidade em oncologia (UNACOM), o que possibilitou o atendimento de oncologia no hospital. Leitão também destinou recursos que garantiu a aquisição de equipamentos de radioterapia e braquiterapia, além de viabilizar a construção da área para instalação dos aparelhos.